



RELATÓRIO DA REUNIÃO REALIZADA ENTRE O SINASEFE E O MPOG

REPRESENTANTES:

SRT-MPOG: Sérgio Mendonça, Edina Lima, Vladimir Nepomuceno, José Borges, José Antônio.

SINASEFE: Anderson Galvão, Carlos Magno, Lindon Johnson, Fabiano Faria e Marcos Dorval.

PAUTA: Apresentação e Priorização dos pontos da Pauta de Reivindicação.

A reunião teve início às 15:00 horas, o Secretário Sergio Mendonça iniciou informando que essa era uma série de reuniões que a SRT-MP está realizando com as entidades sindicais a fim de se apropriar das pautas e das prioridades de cada categoria.

Com a palavra os representantes do SINASEFE disseram que boa parte das nossas demandas são velhas conhecidas do governo, e que nesse momento não tínhamos condição de estabelecer o que era prioritário, já que, para isso, necessitaríamos de autorização de algum fórum da entidade. Na sequência dissemos entender que há itens de nossa pauta que devem ser tratados na mesa com o Fórum de entidades, tais como: data-base, isonomia de benefícios, reajuste linear, dentre outros.

Então, novamente, entregamos ao MPOG, a cópia da pauta protocolada em 14 de maio de 2014, abrimos a explanação dizendo que além demandas reprimidas temos duas novas que é a RSC para aposentados e para os TAE, primeiramente fizemos uma explanação sobre essa questão reafirmando nosso entendimento de que os aposentados tem direito a extensão da RSC, e que esses foram os mais prejudicados no processo de correção salarial feito de 2012 a 2015, com relação aos TAE apresentamos a proposta já debatida com o MEC de formar um GT para discussão da questão.





Vencido os dois adendos a Pauta passamos aos pontos que apresentamos divididos em três eixos:

1. Reestruturação da Carreira TAEs

- Piso da Carreira (Nível A – Padrão 1) – Salário Mínimo do DIEESE;
- *Step* constante e linear de 5%;
- Fim da distorção da malha salarial dos pisos entre os níveis de classificação;
- Racionalização de cargos já!
- Imediato reposicionamento dos aposentados, desde o seu enquadramento no PCCTAE;
- Progressão *Per Saltum* para os TAEs;
- Sem qualquer limitação ou restrição de direitos durante o estágio probatório;
- Inclusão dos Técnicos Administrativos das IFEs Militares no PCCTAE;

2. Reestruturação da Carreira Docentes

- Reestruturação da Carreira Docente, com a unificação da Carreira de EBTT e do Magistério Superior;
- Vencimento Básico com a titulação já incorporada ao mesmo (Especialização 13,5%; Mestrado 52%; e Doutorado 75%);
- Vencimento Básico do Docente de 40 h igual ao do Técnico Administrativo de Nível Superior (E1) do PCCTAE, conforme o previsto na nossa Proposta de Carreira Única;
- Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva (DE) com acréscimo de 55% sob o Vencimento básico de 40 h e o Regime de Trabalho de 20 horas equivalente a 50% do valor do Regime de 40 h;
- Reabertura do Termo de Opção para que os Docentes que ainda compõem a Carreira da EBF (Educação Básica Federal) possam passar para a EBTT (Educação Básica, Técnica e Tecnológica);



- Uniformização das Políticas de progressões para todos os docentes da rede federal de ensino, principalmente quanto às diferenciações que ainda existem para os Docentes das IFEs Militares;
- Sem qualquer limitação ou restrição de direitos durante o estágio probatório;

3. Democratização das Instituições Federais de Ensino:

- Fim das restrições funcionais e de titulação para o processo de eleições (consulta) para os cargos de Reitor e Diretor Geral de Campus, com a possibilidade de Técnicos Administrativos em Educação e Docentes podendo se candidatar;
- Ampliação das 30 horas para todos os Técnicos Administrativos da Rede Federal, com critérios únicos para toda Rede;
- Isonomia de tratamento dos Docentes das Universidades com os Docentes da EBTT;

Todos os itens foram explanados pelos representantes do SINASEFE numa reunião que durou mais de duas horas, por várias vezes os representantes da SRT-MPOG nos interromperam dizendo que não tinham desacordo com nossas propostas e que precisaríamos ver mecanismos, como por exemplo a mudança do decreto 1.590/95 no que diz respeito da não obrigatoriedade do ponto docente, o pleito de alteração da lei para que todos os TAE **“com”** e não **“de”** nível superior, possam concorrer a diretor de campus, a abertura de uma janela para migração do PUCRECE para a EBTT. Contudo no que se refere as questões econômicas o governo diz precisa analisar as demandas das outras entidades sindicais para só então ter um posicionamento. A reunião terminou por volta das 18:00 com o governo agendando uma nova reunião daqui a trinta dias.